

construção do futuro



Informativo da Comissão Senado do Futuro

nº 7, 2 a 19 de outubro de 2017



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

ECAD não poderá cobrar taxas de rádios comunitárias

Representantes da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) afirmaram, na quinta-feira (28/9), durante audiência pública da Comissão Senado do Futuro, que as rádios comunitárias não têm condições de pagar as taxas cobradas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) à título de direitos autorais e outros.

O senador Hélio José (PMDB-DF), presidente da Comissão Senado do Futuro, autor do requerimento que deu origem a esta Audiência, informou que este debate se fazia necessário para que o Ecad pudesse explicar as denúncias e as críticas apresentadas na Audiência Pública

de 22 de junho passado. Mas o Ecad se recusou a comparecer e apresentar suas razões. Para tentar solucionar a situação que poderá levar as rádios comunitárias ao fechamento e, assim, colocar em risco o direito à comunicação, o senador Hélio José anunciou a apresentação de um projeto de lei isentando as rádios comunitárias de pagamento de direitos autorais de músicas e das taxas do Ecad. Disse que, contando com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) irá debater o assunto com a área cultural e com as rádios e adotar o texto que seja de consenso e ainda pedirá a anistia a todas as dívidas e multas que as rádios têm com o Ecad.





Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Ronaldo Martins considerou uma aberração o Ecad executar as Rádios Comunitárias que não têm fins lucrativos e não podem receber do Poder Público

Ronaldo Martins, secretário geral da Abraço, considerou uma “aberração” o Ecad equiparar as rádios comunitárias com as rádios comerciais. Isso porque, uma tem finalidade comercial, recebe publicidade, tem seu faturamento, e a outra é constituída sem fins lucrativos, tem uma abrangência muito menor, e não pode fazer publicidade.

— Estão tratando desiguais como iguais. As rádios comunitárias podem até sobreviver mais seis meses, um ano, mas até quando vão sobreviver não sabemos. A dificuldade de ter essas rádios funcionando no dia a dia é muito grande — disse.

Ao elogiar a atuação do senador Hélio José, o secretário geral da Abraço sugeriu que a entidade se mobilize a nível nacional para convencer pelo menos um senador por estado a defender as rádios comunitárias e, assim, formar uma bancada nacional de peso.



É importante que o Judiciário conheça a realidade do setor e o significado da lei das rádios comunitárias

Cobrança não é devida

Na mesma linha da Abraço, Rodrigo Gebrim, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), afirmou que a posição do Ministério é de que não deve haver a cobrança. Segundo ele, a fonte de renda da rádio

comunitária, que é o apoio cultural, é para ela se manter difundindo a cultura em comunidades de acesso restrito.

Em nome do MCTIC, ele se colocou à disposição das rádios comunitárias sugerindo que nas ações judiciais incluam o Ministério como testemunha, para que oficialmente se possa informar os juizes do que prevê a legislação e como deve ser interpretada a lei. Ele imagina que muitos juizes não têm o devido conhecimento da área e acabam julgando de forma equivocada.

Os participantes explicaram ainda que não há critérios para a cobrança e que muitas vezes a rádio comunitária acaba pagando até mais caro do que as comerciais. Eles consideraram as rádios comunitárias como essenciais à consolidação da democracia brasileira. Para eles, essas rádios informam e difundem a cultura popular “falando a língua” das comunidades locais.

Para o senador Hélio José (PMDB-DF) isentar as rádios comunitárias da cobrança do Ecad seria uma forma de incentivo para manutenção dessas rádios que, segundo ele, são indispensáveis na promoção da cultura popular.

Estima-se que no Brasil existam quase cinco mil rádios comunitárias. Elas fazem um serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (FM), operado em baixa potência (25 watts) para atender a uma comunidade específica.

HISTÓRIA

No Brasil, foi em 1922 que a radiodifusão sonora foi apresentada. O primeiro contato com uma estação transmissora de rádio ocorreu no Rio de Janeiro. A então capital da República festejava o Centenário da Independência do Brasil. Todas as atenções estavam voltadas para a Exposição do Centenário da Independência, onde cada país amigo apresentava em um stand, uma novidade. À empresa norte-americana Westinghouse Electric coube a missão de demonstrar a montagem e o funcionamento de uma emissora de rádio, desembarcando no Rio, uma estação completa. O estúdio foi montado no pavilhão norte-americano da feira, na Praia Vermelha e o transmissor instalado no alto do Corcovado. Através desta estrutura, ocorreu a primeira transmissão radiofônica no Brasil, em caráter experimental. No dia 7 de setembro de 1922, o discurso do então Presidente da República, Epitácio da Silva Pessoa, chegou ao grande público por intermédio de um sistema de alto-falante e a um grupo de brasileiros privilegiados, através de aparelhos receptores de rádio.



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

As lideranças do movimento das rádios comunitárias destacaram que a radiodifusão é uma concessão, isto é, o Estado faz um contrato com particulares para que estes, por um determinado período de tempo, executem um serviço público. Só que no Brasil, isso passou a ser uma propriedade privada, das rádios e televisões, sob controle de uma minoria que faz e desfaz. E o Estado, inclusive o Judiciário, acabam se submetendo à pressão desses donos das comunicações. Qualquer movimento de mudança abala os donos das rádios, que se movimentam para preservar privilégios e ameaçam os políticos, que têm medo de nunca mais aparecerem nas rádios e TVs.

O presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), Sr. Geremias dos Santos, afirmou que é o momento de se debater a ampliação do escopo da Lei 9.612/98 (lei que criou as rádios comunitárias). Com a ampliação da faixa de Frequência Modulada (FM), agora agrangendo também as faixas de 76 a 108 MHz, nada impede que o governo possa conceder às rádios comunitárias outras posições na frequência, além daquela que a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel designa. Isso evitará problemas de sobreposição e

garantirá qualidade às transmissões. Além disso, para o presidente da Abraço, é hora de se discutir também o aumento da potência, de 25 para 250 watts.

A Abraço, segundo Geremias dos Santos, também reivindica a anulação (anistia) das multas aplicadas pela Anatel às rádios comunitárias. Lembrando que essas multas são derivadas da luta das rádios comunitárias por existir. Sem essa luta e a desobediência civil que elas expressaram, as rádios comunitárias nem existiriam, posto que se confrontaram com o poder das empresas comerciais que dominam o espaço da radiodifusão brasileira.

Geremias dos Santos propõe que o Legislativo, Câmara e Senado, debata a ampliação da faixa de FM e chama as rádios comunitárias e os movimentos sociais para debaterem o assunto e não fique somente conversando com a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão).

O senador Hélio José se comprometeu a debater o assunto com o deputado federal Adelmo Leão (PT-MG), presidente da Frente Parlamentar Mista em defesa das Rádios Comunitárias.

Pelo portal E-cidadania, do Senado Federal, muitos cidadãos acompanharam o debate e se manifestaram, assim como o Sr. James Correio, do Paraná, que enviou uma mensagem afirmando que as rádios comunitárias “surgiram das necessidades das comunidades locais! Porém pagam água, luz, telefone, aluguel, Anatel, ações sociais e funcionários! E ainda Ecad! Somos sem fins lucrativos, nosso objetivo é divulgar a cultura! Não recebemos por isto! Por que não somos isentos do Ecad?”, a mesma posição foi defendida por Adilson Sousa, do Maranhão, Eduardo Rocha, da Bahia, Carlos Roberto de Oliveira, do Rio de Janeiro, Renato Marque, do Rio Grande do Sul, entre muitos outros.

Foto: Roque de Sá/Agência Senado





Foto: Roque de Sá/Agência Senado



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Wilmar Lacerda (PT-DF), que é primeiro suplente do senador Cristovam Buarque (PPS-DF) e servidor da Embrapa, destacou a importância do debate e elogiou a atuação e a postura do senador Hélio José na defesa da causa da radiodifusão comunitária. Para ele, além das rádios comunitárias, deveriam ser isentas do Ecad uma série de outras entidades da sociedade civil, como igrejas, associações comunitárias, entre outras. A importância das rádios é notória para a cultura nacional. “Quantos artistas se tornaram famosos sendo divulgados pelas rádios?”

Os radialistas das rádios comunitárias são amadores e promovem a cultura local. A luta das rádios comunitárias é para transformar o país e ampliar a democracia. As rádios comunitárias falam a língua da comunidade, o português que é falado pelo povo. São veículos que consolidam a democracia e dão oportunidades para outras versões sobre os fatos.

As rádios comunitárias, segundo Wilmar Lacerda, são formadas por pessoas abnegadas, que enfrentam os poderosos e a polícia para montar a rádio e garantir a voz do povo. É um movimento de resistência que tem que continuar.

Quando falamos das rádios comunitárias, estamos tratando da parte mais pobre da radiodifusão brasileira, afirmou. Há milhares de rádios comunitárias que ainda lutam para se regularizar. E concluiu dizendo que a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado Federal vai apoiar o projeto do senador Hélio José para isentar as rádios e televisões comunitárias das cobranças do Ecad.

O Sr. Divino Cândido, presidente da Abraço do DF, também cumprimentou a iniciativa e a coragem do senador Hélio José na defesa das rádios comunitárias. As rádios estão sofrendo muito por causa dessa situação do Ecad, que até promove a penhora de bens de diretores e radialistas comunitárias. Para ele, as rádios não devem pagar o Ecad e promover a desobediência civil ignorando as contas cobradas pelo Ecad e provocar uma situação pública para debater essa questão com mais força.

Participaram da Audiência Pública representantes da Abraço de vários estados e se manifestaram sobre a questão Wagner Souto, de Pernambuco; Lucimeire Camargo, de Goiás; Severino Gomes da Silva, mais conhecido como Ramos, de Cumarú, Pernambuco; José Luis Madeira, de Santa Catarina; José Maria Machado, do Maranhão; Benedito Balio, da Bahia; Joaquim Goulart, do Rio Grande do Sul; Ailton Santos, de Rondônia; e Dyda MackFlay, da Rádio Gazeta de Santa Maria (DF).

Todos eles comentaram as dificuldades que enfrentam com as cobranças do Ecad e as violências que sofrem por causa disso. Comentaram que o Ecad não consegue explicar as cobranças diferenciadas e discrepantes. Para rádios iguais há cobranças diferentes e muitos casos de cobranças com duplicidade, como o caso da difusão pela internet da mesma programação. Muitos duvidam que todos os artistas recebam recursos que foram cobrados pelo Ecad, especialmente os artistas populares, que são tocados pelas rádios comunitárias. Todos apoiaram a proposta do senador Hélio José em apresentar um projeto de lei sobre o Ecad.